cesso Administrativo Infracional Nº 17790/2016 e Auto de Infração: Nº000003604/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, por desmatar 0,90 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação sem a autorização da autoridade ambiental competente, contrariando o art. 43 do Decreto Federal Nº 6.514/2008 c/c art. 225 da Constituição Federal de 1988, enquadrando-se no art. 118, inciso VI da Lei Estadual 5.887/1995, em consonância com o art. 70, da Lei Federal 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº129946/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA.**

Á

VALENTIM MENDONÇA DA SILVA
END: BR 163 KM 1009 MD 32 MK DE FUNDOS.
BAIRRO: ZONA RURAL
CEP: 68379-200-ALTAMIRA-PARÁ

Pelo presente instrumento, fica VALENTIM MENDONÇA DA SILVA de CPF: 106.606.822-49, notificado, de acordo com o que consta o Processo Administrativo Infracional Nº 13232/2018 e Auto de Infração: Nº 000004687/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, por destruir 33,97 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação sem a autorização da autoridade ambiental competente, contrariando o art. 50 do Decreto Federal Nº 6.514/2008 c/c art. 225 parágrafo 4 da Constituição Federal de 1988, enquadrando-se no art. 118, inciso I e VI da Lei Estadual 5.887/1995, art. 3º inciso VII do Decreto Federal Nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, parágrafo 1º, da Lei Federal 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº129950/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA.**

Á

ABISAIAS MOREIRA DE SOUSA
END: PRÓXIMO A VILA PRIMAVERA.
BAIRRO: ZONA RURAL
CEP: 68385-000-SÃO FÉLIX DO XINGU-PARÁ

Pelo presente instrumento, fica ABISAIAS MOREIRA DE SOUSA de CPF: 867.488.402-44, notificado, de acordo com o que consta o Processo Administrativo Infracional Nº 26792/2018 e Auto de Infração: Nº 7001/09452/2018, lavrado na sede desta Secretaria, por destruir 96,54 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação sem a autorização da autoridade ambiental competente, contrariando o art. 50 do Decreto Federal Nº 6.514/2008 c/c art. 225 parágrafo 4 da Constituição Federal de 1988, enquadrando-se no art. 118, inciso I e VI da Lei Estadual 5.887/1995, art. 3º inciso VII do Decreto Federal Nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, parágrafo 1º, da Lei Federal 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº129952/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA.**

Á

DAVI SILVA SENA
END: LOCALIDADE DE ÁGUA VERMELHA.
BAIRRO: ZONA RURAL
CEP: 68130-000-PRAINHA-PARÁ

Pelo presente instrumento, fica DAVI SILVA SENA de CPF: 926.756.622-91, notificado, de acordo com o que consta o Processo Administrativo Infracional Nº 19081/2018 e Auto de Infração: Nº 5362/2016/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, por destruir 63,72 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação sem a autorização da autoridade ambiental competente, contrariando o art. 50 do Decreto Federal Nº 6.514/2008 c/c art. 225 parágrafo 4 da Constituição Federal de 1988, enquadrando-se no art. 118, inciso I e VI da Lei Estadual 5.887/1995, art. 3º inciso VII do Decreto Federal Nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, parágrafo 1º, da Lei Federal 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº129955/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA.**

Á

OLIVAL DA SILVA PAIXÃO
END: LOCALIDADE ESCONDIDO II, REGIÃO DO CUPIM.
BAIRRO: ZONA RURAL
CEP: 68130-000-PRAINHA-PARÁ

Pelo presente instrumento, fica OLIVAL DA SILVA PAIXÃO de CPF: 399.646.552-15, notificado, de acordo com o que consta o Processo Administrativo Infracional Nº 22203/2018 e Auto de Infração: Nº5305/2016/GEFLOR, lavrado na sede desta Secretaria, por destruir 7,75 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação sem a autorização da autoridade ambiental competente, contrariando o art. 50 do Decreto Federal Nº 6.514/2008 c/c art. 225 parágrafo 4 da Constituição Federal de 1988, enquadrando-se no art. 118, inciso I e VI da Lei Estadual 5.887/1995, art. 3º inciso VII do Decreto Federal Nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, parágrafo 1º, da Lei Federal 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº129956/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA.**

Á

DIONES CANAVER OLIVA
END: RIO JAUARI, RAMAL DO ANTA.
BAIRRO: ZONA RURAL
CEP: 68220-000-MONTE ALEGRE-PARÁ

Pelo presente instrumento, fica DIONES CANAVIER OLIVA de CPF: 733.847.392-72, notificado, de acordo com o que consta o Processo Administrativo Infracional Nº 19912/2018 e Auto de Infração: Nº 5324/2016, lavrado na sede desta Secretaria, por destruir 19,02 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação sem a autorização da autoridade ambiental competente, contrariando o art. 50 do Decreto Federal Nº 6.514/2008 c/c art. 225 parágrafo 4 da Constituição Federal de 1988, enquadrando-se no art. 118, inciso I e VI da Lei Estadual 5.887/1995, art. 3º inciso VII do Decreto Federal Nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, parágrafo 1º, da Lei Federal 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº129957/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA.**

Á

WILSON LIMPER
END: ROD. FEDERAL BR 163 KM 895, MARGEM DIREITA DA ROD. SENTIDO CUIABÁ-SANTARÉM.
BAIRRO: DISTRITO DA CACHOEIRA DA SERRA
CEP: 68379-200-ALTAMIRA-PARÁ

Pelo presente instrumento, fica WILSON LIMPER de CPF: 522.733.691-15, notificado, de acordo com o que consta o Processo Administrativo Infracional Nº 12759/2018 e Auto de Infração: Nº 000004979, lavrado na sede desta Secretaria, por destruir 16,85 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação sem a autorização da autoridade ambiental competente, contrariando o art. 50 do Decreto Federal Nº 6.514/2008 c/c art. 225 parágrafo 4 da Constituição Federal de 1988, enquadrando-se no art. 118, inciso I e VI da Lei Estadual 5.887/1995, art. 3º inciso VII do Decreto Federal Nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, parágrafo 1º, da Lei Federal 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.

**NOTIFICAÇÃO: Nº139959/2020/
GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA.**

Á

WRISTON DA CUNHA SANTOS
END: BR 230, VICINAL SANTANA NÚMERO 45.
BAIRRO: ZONA RURAL
CEP: 68365-000-ANAPU-PARÁ

Pelo presente instrumento, fica WRISTON DA CUNHA SANTOS de CPF: 375.220.602-06, notificado, de acordo com o que consta o Processo Administrativo Infracional Nº 31853/2018 e Auto de Infração: AUT-2-S/18-03-00043, lavrado na sede desta Secretaria, por destruir 153,88 hectares de vegetação nativa, objeto de especial preservação sem a autorização da autoridade ambiental competente, contrariando o art. 50 do Decreto Federal Nº 6.514/2008 c/c art. 225 parágrafo 4 da Constituição Federal de 1988, enquadrando-se no art. 118, inciso I e VI da Lei Estadual 5.887/1995, art. 3º inciso VII do Decreto Federal Nº 6.514/2008, em consonância com o art. 70, parágrafo 1º, da Lei Federal 9.605/1998.

O autuado poderá apresentar defesa ou impugnação escrita ao referido auto, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da ciência da presente notificação, que será considerada efetivada 10 (dez) dias após a assinatura, podendo produzir as provas que julgar necessárias em atendimento ao disposto no Art. 140 da Lei Estadual nº 5.887/95.

Este edital está estabelecido, conforme o Art. 138, § 1º, inciso III e § 3º da Lei Estadual nº 5.887/95, não cabendo nova notificação.